

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS - CFOT

Parecer n.º 25 de 22 de Maio de 2023

Projeto de Lei n.º 46/2023 de 02 de Maio de 2023.

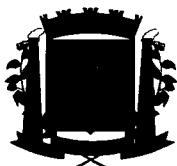
Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, “Autoriza abertura de Créditos Adicionais Especiais até o limite de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), junto ao orçamento municipal de 2023, recursos provenientes da Resolução SES/MG nº 6949/2019, destinados a implantação dos Núcleos Intersectoriais de Prevenção da Violência e Promoção da Cultura da Paz, através da Aquisição de materiais para campanhas e serviços para as ações de prevenção de morbidade, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências”.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 42 do Regimento Interno que relata:

“Art. 42. Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- I - plano plurianual de investimentos;
- II - diretrizes orçamentárias;
- III - orçamento anual;
- IV - crédito adicional;
- V - contas públicas;
- VI - prestação de Contas;
- VII - planos e programas municipais;
- VIII - acompanhamento dos custos das obras e serviços;
- IX - fiscalização de investimentos
- X - tributos em geral;
- XI - repercussão financeira das proposições;
- XII - matérias relativas a fiscalização no controle dos atos da administração pública municipal, bem como o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

unidades administrativas da Prefeitura e da Administração indireta;

XIII - patrimônio público municipal;

XIV - alienação de bens públicos;

XV - patrimônio histórico, artístico, cultural e natural;

XVI - realizar relatório inicial do julgamento de contas do Prefeito”.

Fundamentação

A Lei Federal nº 4.320, de 1964, que versa sobre normas gerais de direito financeiro, estabelece que os créditos especiais se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Dispõe, ainda, a referida norma, em seu art. 42, que os créditos serão autorizados por lei e abertos por decreto. Além disto, o art. 40 e art.41 II da referida lei, dizem:

“Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento”

“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

(...)

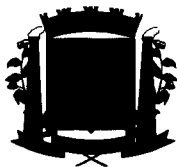
II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;”.

A Constituição da República estabelece, em seu art.167, inciso V, que é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes:

“Art.167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

correspondentes;"

De acordo com a mensagem nº 41, anexa ao Projeto de Lei nº 46/2023, este Projeto tem como objetivo criar dotação orçamentária específica para a utilização de recursos transferidos pelo Estado de Minas Gerais para serem aplicados na implantação dos Núcleos Intersectoriais de Prevenção da Violência e Promoção da Cultura da Paz, através da aquisição de materiais para campanhas e serviços para as ações de prevenção da morbimortalidade e também a vigilância das ações de violência por meio do planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação. No termo para solicitação deste crédito adicional (anexo III que veio incluso no Projeto de Lei nº 46/2023), é dito que o uso deste recurso de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) será para material para campanhas, materiais de consumo e serviços para as ações de prevenção de morbimortalidade.

Importante destacar que no art. 2º é dito que os "*créditos adicionais especiais abertos pelo artigo anterior serão cobertos com recursos de Superávit Financeiro apurado no exercício de 2022 (...)*". O plano de aplicação e cronograma de desembolso também foi anexado ao Projeto de Lei nº 46/2023

Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei n.º 46/2023.

Ubá, 22 de Maio de 2023.



JOSÉ MARIA FERNANDES
RELATOR

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):

☐

Aprovado

☐

Rejeitado

Por: _____

Em: ____/____/____



Vereador Gilson Fazolla Filgueiras
Presidente da COFT

Rua Santa Cruz, N.º. 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000